

**LEI Nº 2.875, DE 03 DE OUTUBRO DE 2007.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO  
ADICIONAL ESPECIAL DESTINADO À  
DEVOLUÇÃO DE RECURSO DE  
CONVÊNIO~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** ~~Fica o Poder Executivo de acordo com o disposto no Art. 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de Março de 1964, autorizado a:~~  
~~Abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 20.298,00 (vinte mil, duzentos e noventa e oito reais) para devolução de recurso do Convênio „. 256/2006 não utilizado, através da seguinte classificação orçamentária:~~

~~021 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento 021008 – Recursos de Convênio  
021008.10 – Saúde  
021008.10302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
021008.103020028 – Desenv. Gestão, Acesso, e Qualidade Ações e Serviços de Saúde  
021008.1030200282.042 – Serviços Hospitalares – Casa de Caridade São José  
021008.1030200282.042-3449093000 Indenizações e Restituições~~

**Art. 2º** ~~Serão utilizados como fonte de recurso para abertura do crédito adicional especial, a anulação de dotação abaixo especificada, conforme Art. 43 Inciso III da Lei Federal 4.320 de 17 de Março de 1964:~~

~~021003.1030200492.042-3335039000 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica~~

**Art. 3º** ~~Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02 de julho de 2007.~~

Alegre (ES), 03 de outubro de 2007.

**DJALMA DA SILVA SANTOS**

**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.